

# ALAVANCA

40<sup>th</sup>  
NO MARÇO!

## Os salários têm que crescer

O Plenário de sindicatos do dia 16 fez a radiografia do país real. Definiu com verdade os contornos da actual situação política, económica e social e aprovou um conjunto de reivindicações a apresentar ao Governo e ao patronato que constituem uma base séria e necessária de negociação.

Reivindicou aumentos dos salários e das pensões de reforma que reflectam o agravamento do custo de vida e outros factores. O salário mínimo deve passar para 55 000\$00. O processo de revisão da Lei da Greve deve ser parado. Mas as exigências dos trabalhadores portugueses não se ficam por aqui, como se pode ver nas páginas centrais.

A política de contenção salarial preconizada pelo Governo e os cenários de crise por ele pintados foram desmontados, peça a peça.

(CENTRAIS)

### EDITORIAL

## Uma afronta e um insulto...

Referências para actualização dos salários como os apontados pelo ministro das Finanças só aumentariam as desigualdades na distribuição do rendimento entre os portugueses e afastariam mais ainda os nossos salários dos salários da Europa comunitária.

Argumentar com a necessidade de conter os salários para fazer baixar a inflação é um disparate grosseiro e é uma afronta e um insulto tentar culpabilizar os trabalhadores e os seus salários pelos erros que o Governo tem cometido e pelos atrasos que se verificam na reestruturação e modernização dos sectores produtivos.

É no mínimo ridículo que, quando se estima um crescimento do produto em 3% se apregoem descidas reais dos salários.

Os «cenários de crise» propagandeados pelo Governo e pelo patronato têm objectivos claros: tentar conter o crescimento dos salários e criar condições na administração pública e nos sectores privados para se poder proceder, sem oposição ou pelo menos com menos oposição, aos já anunciados despedimentos colectivos.

O Governo e o patronato sabem que, para impor estes objectivos, têm que tentar reduzir a capacidade reivindicativa dos trabalhadores e do seu movimento sindical, e as pressões para alterar a Lei da Greve continuam.

As alterações que o Governo pretende introduzir na Lei da Greve não são caso arduo.

Temos de estar conscientes de que as pressões e os ataques são muitos mas não podemos esquecer que a razão está do nosso lado.

Por isso, o movimento não pode ficar de braços cruzados e deve ter, em todo o momento, resposta pronta, firme e dinâmica às afrontas e aos insultos.

A acção sindical tem que ser dinâmica a todos os níveis, mas será nas empresas e nos locais de trabalho que temos de intensificar a nossa acção e a nossa luta em torno dos contratos colectivos, dos cadernos reivindicativos e da defesa do direito ao trabalho.

Manuel Lopes

## CGTP-IN 22 ANOS COM OS TRABALHADORES

**D**ia 1 de Outubro, a CGTP-IN completa 22 anos. 22 anos de intervenção, resistência e luta. Sempre com os trabalhadores, defendendo os seus direitos, anseios e liberdades.

É dessa identificação permanente e absoluta com os interesses dos trabalhadores que nasce a força e o prestígio da CGTP-IN. Essa é a razão por que a CGTP-IN é, desde há muito, a maior organização social existente no nosso país.

A acção persistente e tenaz da CGTP-IN ao longo destes 22 anos em prol da melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses revelou-se elemento indispensável para o reforço da democracia e para o próprio desenvolvimento económico, social, político e cultural do país.

E assim vai continuar a ser, porque assim o exigem os interesses nacionais.

Desiludam-se os que sonham com o enfraquecimento do movimento sindical. A CGTP-IN vai continuar a reforçar-se e dar uma resposta serena mas firme à ofensiva do Governo e do patronato.

O movimento sindical tem força para contrariar a política de contenção salarial que o Governo anda a anunciar e para se opor às alterações à Lei da Greve.

A CGTP-IN vai continuar a lutar pela estabilidade de emprego, combatendo o encerramento de empresas e serviços. Vai continuar a defender os direitos fundamentais dos trabalhadores, entre outros o direito à segurança social e à saúde. O Governo não pode pretender que sejam os trabalhadores a suportar os custos das políticas erradas que tem posto em prática.

Por isso, as comemorações do 22º aniversário da nossa central vão constituir uma ocasião para reafirmarmos as nossas reivindicações e para preparar a luta que se avizinha e se adivinha árdua.

Nas comemorações do 1º de Outubro, vamos reafirmar que o direito de greve continuará a ser plenamente utilizado.

Vamos reivindicar melhores condições de vida e de trabalho e dizer que o crescimento dos salários e a elevação da qualificação profissional dos trabalhadores são factores decisivos de modernização do nosso país. Vamos continuar a lutar para impedir os despedimentos, para reduzir os horários de trabalho e para melhorar a segurança social.

No dia 1 de Outubro, vamos dizer que a CGTP-IN não mudou e que continua igual a si própria. Sempre com os trabalhadores.

## CEE/SINDICATOS

## Visita da COSATU

Uma delegação da COSATU - Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos -, conduzida pelo seu presidente John Gomomo, visitou o nosso país, a convite da CGTP-IN, de 22 a 25 de Setembro.

Esta visita inseriu-se no âmbito das relações de cooperação e solidariedade que desde há muito o movimento sindical nacional e internacional mantém com os trabalhadores sul-africanos e suas organizações na luta pela erradicação definitiva do regime do apartheid e pela criação de um regime democrático e multi-racial na África do Sul.

## CGTP-IN condena violência na África do Sul

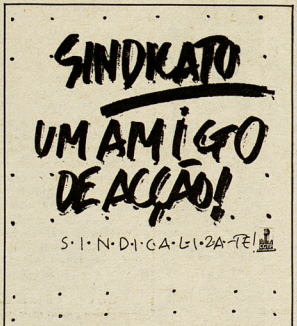
A CGTP-IN manifestou a sua profunda preocupação perante o incremento da escalada de violência na África do Sul que causou, de novo, dezenas de mortos e feridos.

A CGTP-IN, tendo ainda presente o massacre de Boipatong, em Junho passado, e agora o massacre no Ciskei, epla de novo ao Governo sul-africano para que ponha termo à violência, acabando nomeadamente com a repressão nos shomeland, sóly pena de se malograr a retomada das conversações da Codesa e a instauração de um clima de paz e de liberdade, no respeito pelos direitos do homem e pela democracia.

## P.R. patrocina concurso «O ambiente e eu»

O jornal "TFP" do Sindicato da Função Pública do Sul e Apores lançou uma iniciativa pensada com o objectivo de envolver os jovens na problemática do ambiente. Trata-se do concurso "O ambiente e eu", que conta com o alto patrocínio do Presidente da República e colheu o apoio de dois organismos oficiais, de dez revistas e ainda da Rádio Energia.

Destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 25 anos que poderão entregar trabalhos de 15 de Setembro a 30 de Outubro nas modalidades de jogos de computador, vídeo e fotografia.

ALAVANCA  
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Redacção: Hermínio Fernandes, Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Gonçalves André e Helena Policarpo; Fotografia: João Silva, Graffano e Maquetagem: Cristina Albuquerque; Colaboraram neste edição: Fernando Marques, António Avelas, Carlos Santos Silva; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 67 500 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Héska Portuguesa, S.A.; Depósito Legal: 43077/91; Morada: R. Vitor Gordon, Nº 1, 2º - 1294 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 89 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13 672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (USV), Manuel Pinco (USS), José Carlos Santos (SEP), Humberto Costa (FSTFP) e Ernesto António (FSPICPG).

## Mulheres

## Ainda a negociação colectiva

N o artigo anterior já abordámos, de alguma maneira, este assunto mas nunca é demais insistir dada a sua importância na nossa vida de trabalhadoras.

Como certamente já se aperceberam estamos na altura das negociações dos contratos colectivos de trabalho, negociações que são realizadas entre os representantes do patronato e os representantes dos trabalhadores. No nosso caso, entre as associações de empresários e as associações sindicais.

É a negociação dos contratos colectivos de trabalho por ramo de actividade que são as mais frequentes ou seja as associações dos empresários, por exemplo do vestuário e confecção, negociam com a Federação dos Sindicatos do sector que representa as e os trabalhadores desse mesmo sector ou ramo de actividade.

## O que é um contrato colectivo de trabalho?

Convém perceber qual a diferença entre um contrato individual de trabalho e um colectivo. O contrato individual diz respeito a cada uma e cada um dos trabalhadores, sejam eles de que ramo de actividade forem. O contrato colectivo diz respeito a todas e todos os trabalhadores e geralmente são negociados por ramo de actividade.

Os contratos colectivos regulam as condições de trabalho e emprego de todas e todos os trabalhadores.

O quê e exactamente? Um contrato colectivo de trabalho regula: A admissão e a carreira profissional, condições de admissão, período experimental e categorias, direitos e deveres dos empresários e dos trabalhadores, prestação de trabalho ou seja horário

de trabalho, organização do tempo de trabalho, etc.; princípios gerais sobre a retribuição ou seja a remuneração normal, a remuneração devida por horas extra; remuneração por turnos se os houver, etc.; dias de descanso semanal, feriados, férias e faltas a questo da cessação do contrato de trabalho por iniciativa da ou do trabalhador ou da entidade patronal; as condições de higiene, saúde e segurança nos locais de trabalho; os direitos especiais das mulheres trabalhadoras nomeadamente das mães bem como dos pais trabalhadores; o direito, por parte dos trabalhadores, ao livre exercício e organização sindical dentro e fora das empresas.

O contrato colectivo de trabalho tem geralmente a definição das categorias e das funções de cada uma das categorias.

Tudo isto que vos acabei de expor é o chamado clausurado dos contratos.

Esta parte dos contratos colectivos não é negociada todos os anos.

O que é negociado todos os anos é a chamada tabela salarial ou seja os salários das e dos trabalhadores conforme as suas categorias profissionais.

Portanto, na negociação colectiva, não são apenas as tabelas salariais que contam mas também e muito importante as condições de trabalho e de emprego das e dos trabalhadores abrangidos por esse mesmo contrato.

Posto isto, julgamos ter contribuído para uma melhor compreensão da vossa parte da importância das negociações colectivas e das e dos trabalhadores estarem delas informados junto dos seus sindicatos e acompanhá-los a par e passo.

Helena Policarpo

## Opinião

## Tópicos para uma reflexão sobre saúde e ambiente

## 1. A saúde como critério ambiental de avaliação

A saúde humana tende hoje a ser entendida não já como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, na bem conhecida definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), mas como um objetivo a atingir resultante de um equilíbrio instável entre o ser humano e o ambiente.

A saúde não é mais do que uma sucessão de compromissos com a realidade, onde o homem, ao transformar o mundo, se transforma a si próprio, adaptando-se às novas situações. As componentes determinantes da saúde humana não são somente as biofísicas, reagindo-se hoje em dia as componentes psico-sociais, como que a chamar a atenção para um conjunto largo de fenómenos deletivos da saúde relacionados com os estilos de vida e comportamentos das sociedades desenvolvidas.

A saúde humana e o desenvolvimento sustentado estão estreitamente interligados. Não pode haver desenvolvimento sem esforços para promover a saúde e reduzir os riscos ambientais para a saúde.

A consciência desta premissa tardará em ser traduzida em políticas globais planetárias e mesmo regionais de desenvolvimento.

## 2. A industrialização e a saúde

Na industrialização ou na sua ausência radica a maioria dos problemas de saúde humana e de saúde ambiental.

Aparentemente contraditório, mas é nos dois pólos que se encontram os mais bem tipificados problemas de ambiente com que nos defrontamos na actualidade. Dum lado, a pobreza, a penúria de bens essenciais e meios de subsistência, com todo o cortejo de malefícios para a espécie humana. Milhões de mortes por doença ou subnutrição e resultados de uma industrialização intensiva, por vezes acelerada, com todo o tipo de poluições quer do ar, da água e do solo e alterações da flora e da fauna. A gravidade destes problemas é tanto maior quanto atingiu todo o planeta, provocando alterações evidentes a nível atmosférico com reflexos, ainda não avaliados totalmente na sua magnitude, sobre a saúde humana.

A industrialização e o crescimento económico têm custado à saúde humana outros sofrimentos habitualmente pouco referenciados, como sejam os acidentes de trabalho e outros, as doenças profissionais e as relacionadas

com o trabalho e todo um vasto leque de efeitos de desgaste, envelhecimento precoce ou usura dos trabalhadores que nos países desenvolvidos representam perto de metade da população.

Neste capítulo, um especial destaque deve ser atribuído à utilização da energia como fonte de progresso e de bem-estar das sociedades modernas e principal fonte das agressões ambientais.

## 3. Demografia, desenvolvimento e saúde

É usual atribuir ao elevado crescimento populacional a responsabilidade pela manureamento ou mesmo agravamento do atraso de desenvolvimento da generalidade dos países do mundo. Mas mais que uma causa é um efeito do atraso, visto que a experiência mundial mostra que onde se verifica crescimento económico com melhoria das condições sociais a natalidade baixou e não o inverso. A adopção de políticas de restrição de natalidade não foram eficazes senão a curto prazo e não determinaram nem crescimento económico nem desenvolvimento.

Há aqui que reflectir sobre a eficácia dos modelos de ajuda humanitária até agora praticados. Muitas vezes essas ajudas, na forma como são praticadas, contribuem para desorganizar a pro-

dução de subsistência existente, aumentando a dependência. A miséria e a pequena e média pobreza continuam a aumentar por todo o lado incluindo as sociedades desenvolvidas.

## 4. Os organismos internacionais, o ambiente e a saúde

A superespecialização dos organismos internacionais nomeadamente os das Nações Unidas tem de ceder o passo a novas formas integradas de intervenção, políticas, económicas, sociais e culturais. O crescimento e o desenvolvimento não cada vez mais fenómenos sistémicos inter-relacionados num processo dialéctico, onde os objectivos a atingir são mais equidistantes, sistemas de governo mais representativos e descentralizados, mais envolvimento comunitário das estruturas económicas, nomeadamente das empresas que devem assumir um papel não meramente produtor de bens e serviços mas um papel económico e a protecção da saúde humana e ambiental.

A guerra é um grave problema de saúde humana e ambiental e não meramente um problema político.

Carlos Santos Silva,  
médico, escola de saúde pública

## Espaço Inter-Reformados

## A velha questão dos passes sociais

Os baixos valores das pensões dos trabalhadores reformados concorre para que estes sejam um dos extratos da população portuguesa mais carenciados.

A Inter-Reformados, que tem como objectivo organizar os trabalhadores reformados para a defesa dos seus direitos e promover acções destinadas à satisfação das suas reivindicações, tem apresentado junto dos partidos

políticos com assento na Assembleia da República e dos governantes responsáveis dos diversos sectores da vida política, as reivindicações mais prementes dos reformados.

Entre estas reivindicações há uma que nós consideramos de prioritária: a total dos "passes sociais" a todos os trabalhadores reformados e aposentados, com 50 por cento de desconto e a eliminação das actuais regalias, nomeadamente no que respecta

aos horários em que beneficiam do desconto.

Esta reivindicação tem sido aceite como de fácil solução por todos os partidos políticos, inclusive o PSD, o partido do Governo. No entanto, o que é que se tem visto? Nada, continua tudo na mesma.

Nós, Inter-Reformados pensamos que se houvesse um pouco de vontade política para resolver os problemas dos trabalhadores reformados, já se tinha resolvido,

pelo menos esta reivindicação. Não se compreende que, quando um trabalhador reformado se tenha de deslocar a uma consulta hospitalar, tenhas de pagar a sua passagem por inteiro num transporte público, independentemente de ter ou não passe social, pois que as consultas nos hospitais, como toda a gente sabe, são sempre de manhã, coincidindo sempre a deslocação do trabalhador reformado com a chamada "hora de ponta".



# Baixo nível de salários não permite condições de vida dignas\*

O Governo voltou de novo à carga com os salários responsabilizando-os pelo não-cumprimento de uma meta de inflação que era, à partida, irrealista.

O objectivo é o de criar condições para uma maior travagem ou contenção dos salários em 1993.

É de novo a política de mão-de-obra barata, pouco qualificada, com longos horários e más condições de trabalho com que erradamente se julga poder enfrentar uma situação de crescente concorrência externa. Em vez de nos aproximarmos, com esta política estamos cada vez mais longe do nível de vida médio dos países comunitários.

O nível médio dos salários mantém-se bastante baixo, apesar de melhorias do poder de compra nos últimos anos. Em 1991, o salário médio era de 70 contos, valor representativo dos salários em quase todos os sectores de actividade, sendo a excepção mais relevante a da Administração Pública.

Segundo estimativas da CGTP-IN, o salário médio será de 78,5 contos em 1992, admitindo um crescimento dos salários durante este ano de 12%.

A este salário corresponde

1992*	78469
1991	70062

\* Estimativa da CGTP-IN, admitindo um aumento de 12% em 1992  
Fonte: M. Emprego, Quadros de Pessoal

	HM	H	M
1992*	78469	86257	65296
1991	70062	77015	58300

\* Estimativa Fonte: M. Emprego, Quadros de Pessoal

profissional não qualificado, homem ou mulher, ganhará 55,6 contos em 1992 (52 contos se for mulher), enquanto um semiquilificado ganhará 63 contos (56, sendo mulher).

O problema de fundo não está apenas no nível salarial. Está também no elevado volume de trabalhadores com más baixas qualificações, que repre-

sentam, segundo esta estatística (Quadros de Pessoal), 28,8% do total. Nalguns sectores, a proporção dos trabalhadores menos qualificados atinge valores como 94,1% nos serviços de saneamento e limpeza, 72,4% na agricultura e caça, 71,5% na silvicultura e exploração florestal, 41,6% na electricidade, gás e vapor, 39,1% nas indústrias de alimentação, bebidas e tabacos, 38,8% nos restaurantes e hotéis, etc.

Os salários variam bastante com a dimensão das pequenas. Os trabalhadores das pequenas

Continente, Março		
	1992*	1991
N.º pessoas até 9	78469	70062
10 - 19	57991	51778
20 - 49	65588	58561
50 - 99	70109	62597
100 - 199	74664	66664
200 - 499	78664	70331
500 +	82755	73888
	100789	89990

\* Estimativa Fonte: MESS, Quadros de Pessoal

\* Fernando Marques, economista GES/CGTP-IN

do têxtil, vestuário e calçado, se exercer a sua actividade numa empresa com menos de 10 pessoas, recebe um salário que representa apenas 63% do salário médio.

Os restaurantes e hotéis são também um sector de baixos salários.

Perante este panorama dos salários praticados será bom que o Governo, quando afirma

que o elevado nível de consumo é responsável pela inflação, que indique que os rendimentos determinam esse consumo. Só por humor negro se dirá que são estes níveis salariais.

Continente, Março		
	1992*	1991
TOTAL	78469	70062
Quadros superiores	223190	199277
Quadros médios	157048	140221
Enc. Cont. Ch. Equipa	111858	99873
Prof. alt. qualificado	115059	102731
Prof. qualificado	75702	67591
Prof. semiquilificado	63020	56268
Não qualificado	55592	49636

\* Estimativa Fonte: MESS, Quadros de Pessoal

uma duração normal de trabalho que é ainda de 42 horas a que corresponde a duração mais elevada na CEE. Muitos dos trabalhadores têm salários médios inferiores. Em 1991, o salário médio feminino era de 83,2% do masculino.

Em 1992, a manter-se esta diferença e verificando-se uma crescimento salarial de 12%, o salário médio feminino será de 65,3 contos e o masculino de 86,3.

Os trabalhadores com más baixos níveis de qualificação têm salários baixíssimos. Um

homem ou mulher, ganhará 55,6 contos em 1992 (52 contos se for mulher), enquanto um semiquilificado ganhará 63 contos (56, sendo mulher).

Os salários variam bastante com a dimensão das pequenas. Os trabalhadores das pequenas

empresas organizadas - pelo menos, empresas legalizadas. Na economia paralela ou clandestina, os salários serão ainda mais baixos. A distribuição dos salários por actividades económicas indica que os sectores com más baixos salários são a agricultura e os serviços de saneamento e limpeza onde representam apenas 70% dos salários.

Na indústria, os salários más baixos são praticados nos têxteis, vestuário e calçado, vindo depois as indústrias da madeira e da cortiça. Um trabalhador

Continente, Março		
ACTIVIDADES	TOTAL	INDICE
TOTAL	78469	100
agricult. silvíc. caça pesca	55707	71
agricultura e caça silvicultura e expl. florestal	54703	70
ind. químicas	72650	93
ind. madeira ecotica	56441	72
IND. EXTRACTIVAS	83308	106
extração decaário	86950	111
extração petróleo, gás natural	99903	127
extração minérios metálicos	78116	100
IND. TRANSFORMADORAS	70484	90
ind. alimentação, bebida, tabaco	71321	91
ind. têxteis, vestuário e calçado	86726	110
ind. papel, artes gráficas e edições	58522	75
ind. químicas	88455	113
ind. prod. minerais não metálicos	99483	127
ind. metalúrgicas debase	75709	96
fábr. prod. metálicos, máquinas	87820	112
outras ind. transformadoras	84399	108
ELECTRIC. GÁS E VAPOR	66713	85
electricidade, gás e vapor	129398	165
abastecimento de água	131154	167
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	105347	134
COMÉRCIO, RESTAURANTES E HOTÉIS	69168	88
comércio por grosso	79065	99
comércio a retalho	98111	125
restaurantes e hotéis	68789	88
TRANSPORTES, ARMAZ. COMUNICAÇÕES	61246	78
transportes e armazenagem	100901	129
comunicações	97225	124
BANCOS, SEGUROS E OP. SIMÓVEIS	108268	139
seguros	118160	151
op. s/imóveis e serv. prest. empresas	130418	166
SERV. PREST. COLECT. SOC. E PESSOAIS	125712	160
serv. saneamento e limpeza	98684	126
serv. sociais	75199	96
serv. recreativos culturais	54822	70
pesquisas e domínios org. intern. cinst. extraterit.	74165	95
	119221	152
	66420	85
	36933	47

\* Estimativa Fonte: MESS, Quadros de Pessoal

\* Fernando Marques, economista, GES/CGTP-IN

PLENÁRIO DE  
SINDICATOS

## Propostas reivindicativas da CGTP-IN

O Plenário da CGTP-IN, certo de interpretar o sentir e as aspirações dos trabalhadores, definiu um conjunto de reivindicações gerais para apresentar ao Governo e ao patronato que constituem uma base séria e necessária de negociação.

Assim, a CGTP-IN reclama do Governo e do patronato:

**Paragem do processo de revisão da lei da greve** e da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores a nível nacional, como aconteceu com a lei dos feriados, com a arbitragem obrigatória, etc.

**Aumento real dos salários** para todos os trabalhadores portugueses, tendo em conta o agravamento do custo de vida, os acréscimos de produtividade, a aproximação aos salários médios comunitários, a melhoria da distribuição do rendimento e uma maior justiça fiscal, de acordo com os objectivos reivindicativos aprovados pelo Conselho Nacional e que agora o Plenário agora ratifica.

**Salário mínimo de 55 000\$00**

**Aumento das pensões e reformas**, sendo as pensões mínimas de pelo menos 55% dos salários mínimos e assegurando-se também o crescimento real de todas as pensões e reformas.

**Aumento do abono de família**

**Redução dos impostos**, designadamente através da actualização dos escalões do IRS em percentagem igual ao agravamento do custo de vida.

**Orçamento de Estado rigoroso**, o que significa, não o corte simplista de despesas, mas sim apresentar claramente as disponibilidades do país, que o Orçamento do Estado não seja um somatório de "sacos azuis" e defina mecanismos de controlo, que seja um OE voltado para as prioridades do país, designadamente garantindo melhor saúde e segurança social, melhor ensino e formação, melhor habitação e transportes, uma política de impostos que faça pagar mais a quem mais tem.

**Redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais**, que o Governo cumpra imediatamente o compromisso de redução do tempo semanal de trabalho para 43 horas em Janeiro de 1992 e se adoptem medidas para atingir rapidamente o limite das 40 horas.

**Paragem dos despedimentos colectivos e encerramento de empresas** e medidas adequadas de apoio aos desempregados e às empresas em dificuldades.

**Termo à repressão, ao afrontamento e ao "policimento"** que estão a ser implementados visando a imposição dum política económica desajustada e socialmente injusta.

**Combate à corrupção e ao compadrio**, começando pelo esclarecimento e assunção de responsabilidades sobre casos públicos que envolvem directa ou indirectamente o Governo.

**Cumprimento dos compromissos do Governo**, em todas as matérias sobre as quais há já acordos firmados e negociações sérias sobre a Segurança Social e a Justiça do Trabalho.

**Revogação das medidas anti-sociais**, designadamente as taxas moderadoras, a comparticipação do Estado no preço dos medicamentos e o controlo repressivo das baixas.

A CGTP-IN está disponível e empenhada na sua discussão. Por isso reclama do Governo disponibilidade e empenho para, em reuniões bilaterais, se apreciar estas matérias.

A CGTP-IN apela a todas as organizações sindicais para que, na sua acção reivindicativa, a nível de empresa, sector e região, assumam as presentes reivindicações com vista a dar-lhes concretização prática.

# HÁ CONDIÇÕES PARA UM AUMENTO REAL DOS SALÁRIOS

— provou Plenário da CGTP

Os trabalhadores portugueses ganham significativamente menos que aqueles que trabalham nos países que são nossos concorrentes. A repartição do rendimento está muito longe dos valores comunitários.

Globalmente, os salários pesam menos de 17 por cento nos custos das empresas. Por isso, o Plenário da CGTP-IN, reunido em Lisboa, no dia 16 de Setembro, não hesitou em classificar de afronta aos trabalhadores culpabilizar os seus salários pela inflação elevada que se vem verificando.

Essa culpabilização faz parte de uma receita retirada das páginas amareladas dos velhos manuais da demagogia que servem de bíblia àqueles que gostariam de resolver os problemas da economia à custa dos trabalha-

dores e das suas famílias, pondo em causa o seu nível de vida e os seus direitos.

Esta receita foi terminantemente recusada pelos sindicatos da CGTP-IN, pois ela não ajuda a curar o "doente", antes ajuda a matá-lo.



# PARA UM REAL RIOS

tivamente menos que concorrentes. A repartição é comunitários. Por cento nos custos das montado em Lisboa, no dia 16 conta aos trabalhadores que se vem verificando.

nas famílias, pondo em causa o e os seus direitos. foi terminantemente recusada os da CGTP-IN, pois ela não "doente", antes ajuda a matá-lo.



**A** economia portuguesa apresenta aspectos controversos. É um facto - reconhecido o Plenário - que a economia portuguesa abandonou o seu crescimento relativamente aos anos anteriores. Os sectores industrial e agrícola estão em recessão, o que não aconteceu com os sectores comercial e financeiro que apresentam elevada rentabilidade.

No entanto, a CGTP-IN toma como válida a afirmação do Governo de que, em 1993, o crescimento do produto se estimará em 3 por cento.

Também considera como dado a reter a acumulação no Banco de Portugal de um enorme volume de divisas que potenciam ao país uma estratégia sustentada de desenvolvimento.

"É preciso lembrar - como o fez o coordenador da CGTP-IN na sua intervenção inicial - que, independentemente do futuro do Tratado de Maastricht, Portugal terá no próximo ano uma entrada de fluxos financeiros significativamente superiores ao verificado este ano". Esse acréscimo será na ordem dos 14 por cento, diz-se.

## Governo e patronato não promovem diálogo sério

**A** CGTP-IN tem razão quando diz que o Governo e o patronato actuam de má-fé, não dignificando as funções de Estado e sociais que lhes estão cometidas. Tem razão porque factos são factos, e eles ai estão numa sucessão preocupante.

por doença preconizada pelo Governo.

É escandalosa ainda a proposta do Executivo para os trabalhadores da Função Pública, em que o ministro das Finanças e o Primeiro Ministro falam de 5,5 e de 4,5 por cento de aumento no próximo ano. Estes valores só seriam aceitáveis "se eles estivessem a falar de percentagens sobre os seus próprios salários".

## Dualismo

Estamos, portanto, perante um dualismo de realidades económicas que foram "produzidas, agravadas e sustentadas pelas opções de política económica tomadas pelo Governo". A CGTP-IN critica com veemência estas opções que são geradoras de fortes desequilíbrios sociais e do novo riquismo e da ostentação.

A política do Governo, em vez de promover a modernização do aparelho produtivo, tem incentivado um conjunto de actividades à sombra dos dinheiros comunitários "que funcionam por si e não como elemento impulsionador do

sector produtivo real", como se pode ler no texto da resolução aprovada no Plenário.

É por estas e outras razões que a CGTP-IN realinha que "não embarca em cenários de crise, à luz dos quais se vai executando despedimentos colectivos e encerramentos de empresas e que visam pôr em causa o direito ao trabalho e enfraquecer a capacidade reivindicativa dos trabalhadores".

A estratégia de Portugal tem que assentar, na óptica da CGTP-IN, "no crescimento e na modernização". Para tal, impõe-se que os recursos

humanos sejam valorizados, que os meios financeiros sejam correctamente utilizados, que o investimento seja incrementado e que a inflação seja controlada e diminua de forma moderada mais progressiva.

A política de contenção salarial preconizada pelo Governo, na actual situação financeira do país, traduz-se num agravamento das desigualdades e numa mais injusta distribuição dos rendimentos. Se vingasse, em caso algum nos aproximaria dos padrões de vida médios da CE. A CGTP-IN não tem dúvidas disso.

directivos vão sendo bloqueadas ou, pontualmente, desenvolvem-se com grande moralidade". Foi o que se passou com a Lei da Greve, depois de terem dito solenemente que não era para mexer.

E o que se passa - acrescentam as conclusões do Plenário - com o Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, com o Acordo de Política de

Formação Profissional, com a fiscalização e justiça no trabalho e com a redução de uma hora por ano do horário de trabalho, visando atingir o horário máximo de 40 horas em 1995.

É preciso que fique bem claro que as propostas governamentais e patronais já conhecidas pelo Governo não perspetivam uma séria e objectiva disponibilidade negociada.

Com efeito, é inaceitável o controlo repressivo das baixas

## Lei da Greve: Até ao lavar dos cestos é vindima

Os sindicatos da CGTP-IN recusam-se a aceitar como encerrado o processo de alteração da lei da greve desencadeado pelo partido do Governo. A decisão do Tribunal Constitucional, tomada sob forte pressão do Executivo, não justifica outra atitude. O processo não está encerrado e, como se diz, até ao lavar dos cestos é vindima.

A posição do Tribunal Constitucional é má para os trabalhadores e para a sociedade portuguesa e não prestigia uma instituição que habitou os portugueses ao rigor e à tenção do seu pro-

cedimento, mantém a CGTP-IN.

A alteração da lei da greve, aliás, insere-se num quadro mais geral de limitação e cercamento dos direitos e só tem uma explicação, no entender de quem trabalha por conta dourem: "O Governo tem consciência das consequências negativas da sua política económica e social, dos erros cometidos e dos atrasos que se verificam na reestruturação e modernização dos sectores produtivos e pretende agora compensar essa situação à custa dos direitos dos trabalhadores e da diminuição do nível

de vida destes e das suas famílias".

No entanto, o Governo poderá contar com a oposição firme da CGTP-IN, que não considera este processo como caso arremado. É nesta lógica que o Plenário declara "a firme disposição de continuar a lutar contra a alteração da lei da greve e realinha que os trabalhadores e os seus sindicatos continuarão a utilizar o direito do pleno exercício da greve para defender os seus legítimos interesses e promover a melhoria das suas condições de vida e de trabalho".

## CGTP 22 Anos com os Trabalhadores



### Comemorações em todo o País

O 22º aniversário da nossa central vai ser comemorado por todo o país, com iniciativas a nível regional, local e de empresa... Estão previstas sessões públicas, espectáculos e plenários em grandes empresas com a participação de dirigentes nacionais da CGTP-IN.

Manuel Carvalho da Silva, por exemplo, no dia 29 de Setembro, visitará o distrito de Bragança, onde se deslocará a vários serviços da Administração Pública. No dia 1 de Outubro, estará presente num Plenário distrital de activistas em Aveiro, cidade onde terá também um encontro com os órgãos de comunicação da região.

No dia 2, o coordenador da CGTP-IN estará no Porto para assistir à inauguração da nova sede do Sindicato dos Metalúrgicos e participar à noite, na sessão comemorativa que a União de Sindicatos do Porto leva a efeito no Cinema do Terço.

## "Secreta" tem sindicalistas sob vigilância?

O Plenário da CGTP-IN aprovou uma moção em que encarrega o Conselho Nacional de solicitar uma audiência ao Ministro da Administração Interna para esclarecer cabalmente se correspondem ou não à verdade declarações atribuídas ao director geral do Serviço de

Informação de Segurança (SIS).

O caso é que foi recentemente noticiado pela comunicação social que o SIS criou, há cerca de dois anos, um sector especializado em contra-subversão que tem vindo a vigiar e elaborar relatórios sobre as actividades sindicais. Essa informação é atribuída ao director-geral da

buída ao director-geral da "Secreta".

A CGTP-IN protesta e repudia o teor das declarações atribuídas ao responsável do SIS pelo seu conteúdo altamente atentatório das liberdades, dos direitos fundamentais dos cidadãos e do próprio regime democrático.

# O regresso às aulas... e ao mal-estar

O ano lectivo de 1992-93 até poderia ser um ano "interessante" para os professores, para os alunos e para o ensino em geral. Será o ano da generalização da "reforma" - cuja necessidade é indiscutível. Os professores gostariam de se empenhar numa actividade que contribuiria para a sua satisfação profissional; os alunos gostariam de uma escola mais viva, de professores mais satisfeitos e, portanto, mais empenhados.

**M**as o Ministério da Educação parece empenhado em fazer tudo para que tal não aconteça.

Beneficiou o ministro Couto dos Santos - e sua equipa - de um (exagerado) crédito de confiança por parte dos professores. "Crédito de confiança" resultante não só da expectativa que qualquer nova equipa introduz, mas também da crença de que ele tivesse aprendido com o seu antecessor - "corrido" pela acção persistente e determinada de professores e alunos. A título de "aviso", foi recebido com uma greve e uma manifestação pública bem sucedidas.

Passados poucos meses, contudo, todo o crédito se evaporou. Se à equipa anterior era dado o "alibi" da incompetência técnica, à actual equipa só resta a acusação de falta de vontade política para solucionar numerosíssimas questões que se arrastam no ministério (algumas há anos), prejudicando seriamente os professores e criando nas escolas um generalizado mal-estar e descontentamento - covetes evidentes de qualquer "reforma de ensino" que se queira efectivar.

A FENPROF não pode ser acusada de falta de vontade negocial: tem assumido uma atitude de diálogo, tem feito propostas sensatas e funda-

mentadas. Da parte do ministério, têm predominado os simulacros de negociação - numa atitude que não dignifica nem os acontecimentos nem o conceito de negociação democraticamente estabelecido.

Acrescenta-se a isto a insegurança que resulta da generalização de uma reforma em que os professores quase nada foram envolvidos e para a qual não houve preparação cuidada e sistemática.

Some-se-lhe ainda a insegurança de emprego que atravessa vários grupos de docência afectados pelas alterações curriculares: temos os ingredientes que marcarão a situação no ensino no ano de 1992-93.

É previsível, logo no início do ano, o retomar das acções públicas de denúncia e de pressão no sentido de forçar o ministério a uma atitude negocial séria e empenhada. Em muitos casos, os professores terão que agir apenas para exigir que se cumpram as leis existentes.

## Ambiente não vai ser agradável

Nas escolas, o ambiente não vai ser agradável. O ministério pretende impor um novo modelo de gestão assente no poder unipessoal de um "director executivo" - resultante de concurso - em alternativa aos actuais conselhos

directivos democraticamente eleitos pelas escolas.

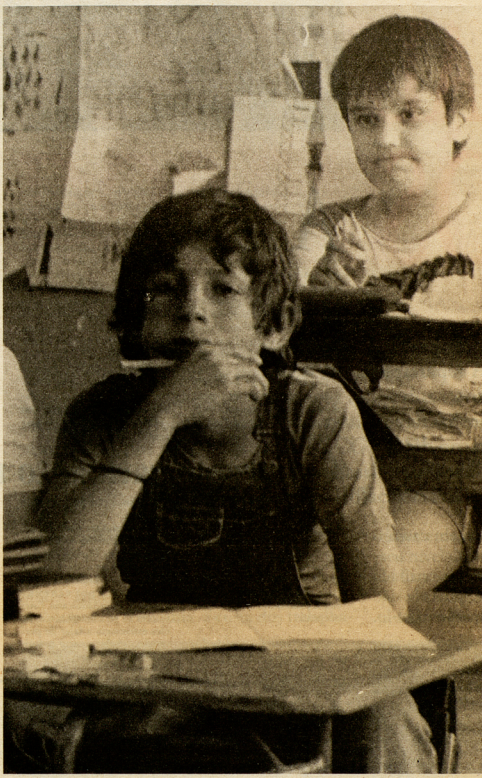
É uma medida que tem a generalizada oposição dos professores e dos outros "corpos" envolvidos. No ano 92/93, algumas escolas "experimentarão" - em quase todas elas contra a vontade expressa dos professores - o novo modelo.

A FENPROF exigirá que a todas as escolas (às da "experiência" e às que continuam o modelo actual) sejam dadas as mesmas condições e vai liderar o movimento de oposição ao novo modelo que pretende destruir a gestão democrática das escolas públicas.

O ano 92/93 será - tudo o indica - um ano de profunda conflitualidade imposta pelo ministério aos professores. A FENPROF lamenta que o Ministério da Educação e o Governo tenham optado por esse caminho, mas não hesitará na defesa dos interesses e direitos dos professores.

Ao fazê-lo, estará a contribuir para uma escola melhor e criar as condições que há-de possibilitar uma reforma do ensino e da educação - já que, quanto à actual reforma, o ministério parece apostado em esbanjar a oportunidade que teve.

António Avelãs  
Vice-presidente do SPGL,  
membro do Secretariado  
Nacional da FENPROF



## Grundig despede a dedo

**A** União de Sindicatos de Braga fez protesto público contra a decisão da Administração da Grundig de levar até às últimas consequências o despedimento colectivo de 18 trabalhadores efectivos.

Em comunicado, a estrutura sindical da CGTP-Introlta de escandaloso e vergonhoso este processo e afirma que vai levar o caso à Assembleia da República, sob a forma de petição assinada pelos trabalhadores do

complexo Grundig, a qual deverá ser também entregue aos restantes órgãos de soberania. O despedimento é escandaloso, porque é inaceitável, diz o texto que estamos a citar, que "uma empresa que emprega 4200 trabalhadores, mil dos quais contratados a prazo, queira resolver os seus problemas despedindo 24 trabalhadores efectivos".

É escandaloso ainda porque a empresa em questão, nomeadamente a Inspeção Geral do Trabalho, a este despedimento.

PEDIP", querendo isto dizer que, com o apoio do Governo português, recebe dinheiro da Comunidade para explorar a mão-de-obra e despedir a seu bel-prazer.

A União de Braga considera ainda como uma vergonha a forma como os 18 trabalhadores foram postos fora da empresa: "agradados pela mão dos chefes". Igualmente vergonhosa é a "cobertura" dada por diversas entidades oficiais, nomeadamente a Inspeção Geral do Trabalho, a este despedimento.

## EFFA's à espera da Corinde

**O** Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas exigiu ao secretário de Estado da Defesa que, o mais tardar até ao fim do mês de Setembro, fosse realizada a reunião que o Governo se comprometeu realizar durante todo o mês

de Julho com o objectivo de analisar os principais problemas do sector: discriminação salarial, revisão das tabelas e carreiras, reestruturação dos EFFA's e outras.

Perante a marcação para o passado dia 16 de uma concentração de trabalhadores junto do Ministério da Defesa, este apressou-se a informar o sindicato de

depois de a CORINDE (Comissão de Reestruturação) ter concluído os estudos que tem em mente.

Desculpa pouco convincente, na opinião do sindicato, que vai reunir a sua direcção para decidir novas formas de obrigar o Governo a negociar.

## Cartas do leitor

### Cruzada moralizadora

**A** recente "cruzada" moralizadora do Governo em matéria de poupança deixa-nos perplexos face à inconsistência dos argumentos e aos constantes "tiros na água".

É bem recente e volúvel a preocupação do Governo em matéria de despesa pública. Da nossa parte é assunto ao qual não somos alheios e, bem pelo contrário, somos até receptivos. Afinal é do "nosso" que se trata.

Acontece porém que toda esta preocupação que vem provocando, nos últimos tempos, insónias aos nossos governantes, suscita, da parte dos mesmos, comportamentos muito estranhos, a julgar quer pelos diagnósticos quer pelas medidas profiláticas administradas.

Trata-se das declarações, ultimamente vindas a público do Sr. Ministro das Finanças e depois secundadas por algumas personalidades acerca da despesa pública e da necessidade de contenção à custa dos salários dos trabalhadores da Função Pública e mesmo recorrendo ao despedimento de pessoal.

Que a despesa pública é exagerada, sinceramente não discutiremos, os doutores afirmam e é feito contrário o Sr. Ministro.

Agora que ela se deva às despesas com o pessoal da Administração Pública e por isso se deve despedir trabalhadores da FP? Meus senhores, com a franqueza, e a pacatez que caracteriza este nosso bom povo, só vos posso dizer que não entendo.

Então Senhor Ministro, não é verdade que em matéria de Orçamento do Estado e no que se reporta às despesas públicas, a verba gasta com o pessoal, aos últimos doze anos é inferior em cerca de 8% (38% - 30,6%)? E não é igualmente verdade que temos o menor número de funcionários públicos da Europa e também os mais mal pagos? E o Sr. Ministro já deu conta que os funcionários públicos no último ano tiveram aumentos, não só inferiores aos dos restantes trabalhadores, mas também inferiores à inflação?

Ficamos com a sensação de que o Sr. Ministro das Finanças foi escandalosamente enganado. Eu diria até que foi alvo de uma vigiarie de alguém pouco escrúpulo e aproveitador da ingenuidade do Senhor Ministro.

Repare, Senhor Ministro que não joga a "bota com a perigo".

E muito sinceramente, Senhor Ministro não percebo esta sua actual preocupação de poupança.

Então o actual executivo não é o mais numeroso em ministros, secretários de Estado, sub-secretários de Estado, assessores disto e daquilo, adjuntos dos adjuntos, motoristas a combinar com a cor do fato e da gravata? Então Senhor Ministro não é verdade que ainda recentemente no seu ministério foram pagos em juros do IVA, por atrasos verificados, cerca de 1 milhão de contos porque o Senhor Ministro decidiu poupar 3 mil contos em horas extraordinárias? Será que o Senhor Ministro prefere poupar nas despesas com o pessoal para gastar naqueles subsídios aos "novos" Agricultores?

Eu li, ainda recentemente num jornal, para grande espanto meu, que o Senhor Ministro tinha em tempos, fugido de casa. E eu pensei cá para com os meus botões, ali está uma medida acertada do Senhor Ministro.

Funcionário Indisponível

# Trabalho infantil começa nas férias

## CGTP exige mais meios para a IGT



No período de férias que está a terminar, verificou-se um recrutamento das situações de trabalho infantil. Aconteceu um pouco por todo o país, como denunciaram a CGTP-IN e as estruturas regionais do movimento sindical.

**O** alerta da CGTP-IN foi acompanhado da exigência de dotar a Inspeção Geral do Trabalho dos meios necessários para que possa exercer as funções que lhe competem na fiscalização e combate à irregularidade no mercado de trabalho.

No comunicado que emitiu a CGTP-IN afirma não poder

aceitar que a IGT diga não possuir meios para resolver a situação. Reclama, designadamente, que com a abertura do novo ano lectivo, sejam postos em funcionamento diversos mecanismos de controlo. A detecção de fugas às matrículas e das faltas às aulas ajudando certamente a combater situações de trabalho infantil.

A CGTP-IN interroga-se sobre se os estabelecimentos de ensino e as empresas estão a comunicar à IGT as situações de abandono escolar e a admissão de menores de 16 anos, conforme estão obrigados pelo Regime Jurídico do Trabalho de Menores.

Neste Verão - viu quem quis - ver - muitas crianças foram trabalhar para se ocuparem ou

para ganharem algum dinheiro. Muitas delas já não voltam para a escola. Continuam a trabalhar, mesmo que, em alguns casos, ainda voltem a matricular-se.

Há razões para que isso aconteça, como denunciou a CGTP-IN, que tem sido uma das vezes mais firmes na denúncia desta vergonha nacional.

Faltam adequadas e acessíveis de ocupação das crianças na época de férias e dos tempos livres no período escolar. Por outro lado, as famílias procuram assegurar aos filhos um futuro profissional, em face de uma escola pouco cativante e da ausência de saídas profissionais após os estudos.

Esta situação é aproveitada e explorada por padrões sem escrúpulos e ávidos de lucros fíctos.

O Governo, complacientemente, fecha os olhos e lava as mãos.

"O combate ao trabalho infantil exige a adopção de medidas concretas e eficazes, particularmente de carácter social, com destaque para o reforço dos meios para a acção escolar, bem como a atribuição de apoios económicos às famílias com menores recursos", defende a CGTP-IN.

## Redução dos feriados prejudica trabalhadores e economia

**C**ada vez mais, o Governo português colhe inspiração no modelo nipónico.

Para ele, os trabalhadores devem descansar o menos possível e trabalhar até ficarem com os olhos em bico.

Pouco ou nada lhe importa que o nosso país seja aquele em que a média anual de horas de trabalho seja de mais de 2000 horas de trabalho por ano.

Se o deixássemos, ele acabava com sábados, domingos e...feriados.

Em relação a estes últimos, a tentativa está feita. Compete aos trabalhadores cortar-lhe o caminho, como aconselha a CGTP-IN.

O projecto de diploma que foi apresentado aos parceiros sociais não tem pé nem cabeça. É um novo capítulo da série intitulada "Prepotência". A sua aprovação prejudicaria trabalhadores e a economia nacional, sobretudo o ramo do turismo e lazer.

A grande preocupação que se detecta, desde logo, no projecto de diploma relativo a feriados elaborado pelo Governo é a redução de feriados e a redução dos períodos de descanso que os feriados permitem.

Ele prevê a eliminação de alguns feriados, muda a data de outros, flexibiliza aqueles que assinalam datas fundamentais da nossa História e retira a possibilidade de gozar a maior parte da "ponte".

Assim, o Governo pretende acabar com o feriado do Corpo de Deus e com feriado facultativo mas geralmente respeitado, da terça-feira de Carnaval.

O Governo não justifica tais eliminações. Retira-os, e pronto!

Já se dá ao trabalho de tentar justificar a redução das "pontes", mas fê-lo com uma ligeireza que atinge as raízes da levandade. As razões avançadas são débeis e contraditórias, como demonstra a CGTP-IN.

A argumentação do Governo

é débil porque se alega uma inexistente "redução real do período de férias" e uma inexplicada dificuldade de programação das actividades industriais, escolares e turísticas.

Os autores do projecto contradizem-se, porque, do mesmo passo em que reconhecem os "sensíveis benefícios" resultantes para o turismo e indústrias ligadas ao lazer do aumento dos dias de descanso semanal, vêm, afinal, promover a redução destes mesmos dias.

Muito dificilmente se poderá rebater a apreciação feita pela CGTP-IN, que denuncia também a ausência de qualquer justificação para substituir o tradicional feriado do Dia de Todos os Santos - 1 de Novembro - pelo Dia de Finados que transcorre no dia seguinte.

### Os pés pelas mãos

A CGTP-IN recorda que, no regime vigente, os trabalhadores e entidades patronais podem substituir a observância do feriado municipal e de terça-

feira de Carnaval por outro qualquer dia em que acordem, em obediência do nº 2 do art. 19º do DL 874/76.

No texto do diploma, tal facilidade passa a ser genérica admitindo-se que, por acordo entre trabalhadores e entidades patronais, se possa alterar a comemoração de todos os feriados, sejam eles fixos, móveis ou "convençãois".

O Governo mete de novo os pés pelas mãos, pois, se essa facilidade se concretizasse, é evidente que a programação das indústrias e actividades retribuídas no prélimbo se tornaria muito difícil ou mesmo impossível, "gorando-se, deste modo, o alegado principal objectivo prosseguido com a presente iniciativa legislativa", diz a análise da CGTP-IN.

O Governo, que sabe muito bem que tais acordos são extremamente raros, não quer, na realidade, que se alterem os feriados fixados no diploma. Por isso mesmo, mantém a proibição de fixação de feriados diferentes por via de instrumentos de regulamentação colectiva ou de contrato indivi-

dual de trabalho, constante no actual art. 21º do DL 874/76.

### História pátria dá feriados de segunda

O projecto do Governo tem outros aspectos curiosos.

Por um lado, nada diz quanto à retribuição dos feriados, técnica legislativa singular que, caso vingue, nos dará um diploma regulador do regime de feriados que é omissivo quanto à garantia de retribuição.

A par disso, faz uma inadmissível distinção entre feriados "fixos" e "convençãois", traduzindo o intuito governamental de criar feriados de primeira e segunda categoria.

Nos de segunda categoria integra o Governo os feriados comemorativos das datas dos acontecimentos que estiveram na origem do regime político em que vivemos: 5 de Outubro (implantação da República) e 25 de Abril (dia da Liberdade). Por arrastamento, nem sequer escapa o 1º de Dezembro (Dia da Restauração).

## Debater Maastricht

A CGTP-IN, através do seu Conselho Nacional, reclama dos órgãos de soberania, particularmente do Governo, a promoção de um amplo debate nacional sobre o Tratado de Maastricht e a construção europeia.

Esse debate, para ser esclarecedor, deverá ter garantida, à partida, a participação pluralista das diversas forças políticas, económicas, sociais e culturais, defende a CGTP-IN.

A realização de um referendo popular deverá, segundo diz a Resolução do Conselho Nacional, culminar esse debate, depois de ultrapassados os condicionais jurídico-constitucionais. De qualquer modo, o referendo deverá realizar-se antes da revisão constitucional.

O Conselho Nacional defendeu estas propostas, considerando que esta intervenção será capaz de alterar "a actualidade de que só uma maior intervenção dos trabalhadores, dos democratas e de todo o movimento sindical será factor determinante para pressionar a evolução da Comunidade Europeia no sentido de uma efectiva democracia económica, social e cultural". Só esta intervenção será capaz de alterar "a actualidade monetarista e burocrática que se sobrepõe à dinâmica social e cultural", à vontade, direito e soberania dos Estados membros e dos povos", acrescenta o texto da Resolução.

## CGTP-IN em Inglaterra

Uma delegação da CGTP-IN participou no 124º Congresso do TUC, central sindical britânica, que se realizou na cidade de Blackpool, situada na parte noroeste de Inglaterra, na segunda semana de Setembro.

A delegação sindical portuguesa foi conduzida por Manuel Carvalho da Silva.

A participação da CGTP-IN no congresso do TUC britânico resultou do convite oficial que esta central dirigiu à central portuguesa.

Durante a sua estada em Blackpool, o coordenador da CGTP-IN teve ocasião de estabelecer contactos com o secretário geral do TUC e presidente da CES, Norman Willis, e com diversos dirigentes sindicais britânicos e personalidades da vida social e política da Grã-Bretanha.

A delegação visitou-se ainda com o secretário geral da CES, Emílio Gabaglio, e com dirigentes de centrais sindicais de vários países, presentes no Congresso.

## Encontro CGTP-PRD

As direcções da CGTP e do PRD encontraram-se, a pedido deste, no dia 28 de Julho, tendo procedido a uma troca de impressões sobre a situação político-social.

A delegação do PRD era constituída pelo seu presidente Manuel Vargas Loureiro e outros dirigentes recentemente eleitos. A reunião serviu, aliás, para transmitir à direcção da central sindical, representada por Manuel Carvalho da Silva e José Ernesto Cartaxo, os resultados das eleições realizadas no seio daquele partido.

## Legalização dos imigrantes Sindicatos passam declaração

Os sindicatos estão a partir de agora, habilitados a passar declarações fazendo fé de que os trabalhadores imigrantes "em situação irregular" têm meios de subsistência, formalidade que é indispensável para a legalização da sua situação no país.

Esta facilidade foi reivindicada pela CGTP-IN em reunião que recentemente efectuou com o secretário de Estado da Administração Interna, pois é sabido que há entidades patronais que se negam a passar a declaração necessária e trabalhadores que, devido à sua situação precária, têm receio de pedir à entidade patronal.

O secretário de Estado comprometeu-se ainda a reunir com a CGTP-IN em vista a estudar os casos em que se verificarem atrasos no processo de regularização motivados por complicações e deturpações na aplicação das leis.

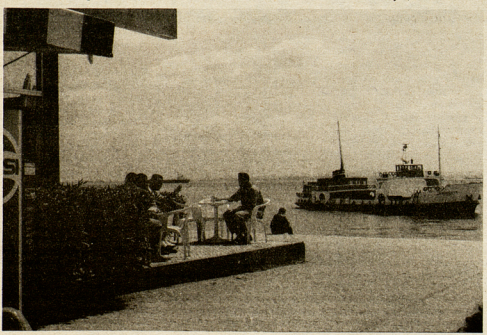
## Competências da Segurança Social para as autarquias

O Governo elaborou um projecto de Decreto-Lei onde propõe que os acordos de apoio e cooperação a celebrar com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) deixem de ser feitos no âmbito do Ministério do Emprego e Segurança Social e passem a ser da responsabilidade das autarquias locais.

Se esse projecto vingar, todas as actividades de acção social relativas à infância, à juventude, à população idosa, família e comunidade, através de creches, jardins de infância, centros de dia, lares, estabelecimentos de recuperação e outros equipamentos, seriam comparticipadas pelas autarquias nas despesas correntes de funcionamento.

Com esta medida, o Governo visa dois objectivos. O primeiro é o de transferir do orçamento da Segurança Social para as autarquias as verbas inscritas para esse fim. O segundo objectivo é o de transferir para o poder local as responsabilidades do mau funcionamento dos serviços e da permanente limitação dos direitos dos trabalhadores.

Para os sindicatos, principalmente para os da Função Pública, nenhum desses objectivos merece ser apoiado. Antes impõem que os trabalhadores se mobilizem para obter a mais uma medida marcamante anti-social.



SANDRA FERREIRA



## MEDICAMENTOS

### Terceiro aumento este ano

A situação a que o Governo tem vindo a conduzir a saúde em Portugal está a atingir proporções alarmantes, denunciou a CGTP-IP em conferência de imprensa promovida logo após ter tido conhecimento do novo aumento do custo dos medicamentos para a generalidade da população.

A CGTP-IP, através de Maria do Carmo Tavares, membro da Comissão Executiva, começou por recordar os aumentos brutos que os custos do acesso à saúde têm sofrido.

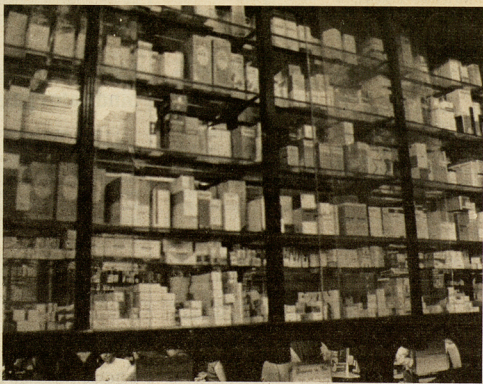
As taxas moderadoras, só este ano, sofreram aumentos entre 60 e 300 por cento. Os medicamentos já vão no terceiro aumento também este ano.

O primeiro foi motivado pela subida da inflação; o segundo prendeu-se com a introdução da taxa de 5 por cento do IVA. Em conjunto, representam um aumento de 30 a 60 por cento.

Agora, com a diminuição da participação do Estado que, conforme os casos, passou de 80 para 70 por cento e de 50 para 40 por cento, o que significa um agravamento para a população de 12 a 20 por cento.

"Portugal é dos países da Comunidade em que o Estado menos gasta com a saúde".

Maria do Carmo Tavares compara o que passa no nosso país com países como a França, a Dinamarca e a Alemanha. "Atualmente, em Portugal, apenas 60 por cento dos custos da saúde são suportados pelo Orçamento do Estado, sendo os cidadãos a pagar os restantes 40 por



cento", informou. A relação naqueles três países é de 80 para 20 por cento.

#### Necessidade ou mercadoria

O Governo não encara a procura do medicamento como uma questão social ou de saúde, mas antes como uma mercadoria "sujeita aos ditames da lei do lucro".

As pessoas a quem são prescritos medicamentos são, via de regra, sujeitos em estado de carências físicas ou psicológicas para quem o medicamento representará um processo de restabelecimento.

Por isso a CGTP-IP defende que o medicamento "não é

nem pode ser considerado como uma mercadoria ou um serviço que se adquira consoante há mais ou menos possibilidades financeiras, mais ou menos efeitos da propagação, ou dependência de modas, mas antes como uma necessidade que é sempre de natureza quase absoluta".

Não é esse o entendimento do Governo que, aliás, não tem nenhuma política do medicamento, colocando os portugueses "na total dependência das estratégias comerciais e outras das grandes multinacionais que os produzem e comercializam".

Para a CGTP-IP, a aplicação da política das multinacionais terá como consequência "o aumento real do custo do medicamento", dificultando

ainda mais o acesso ao tratamento medicamentoso.

É ridículo e demagógico, segundo a CGTP-IP, argumentar com o velho aforismo de "tirar aos ricos para dar aos pobres".

O Governo diz que os pensionistas de pensão inferior ao salário mínimo nacional vão ter um acréscimo de 15 por cento nas participações. Mas não explica como é que tal vai ser feito.

Estão nessas condições 1800000 pensionistas que terão primeiro que fazer prova de que são pobres.

A este propósito, a CGTP-IP lança uma interrogação: "Será que o Governo considerará que os restantes 8500000 portugueses são todos ricos?"

## CALENDÁRIO DO CONGRESSO

O VII Congresso da CGTP-IP está à porta. Está convocada para os dias 4, 5 e 6 de Março do ano que vem. Os trabalhos preparatórios já começaram, obedecendo a um calendário definido.

Conhecer esse calendário é, pensamos nós, um primeiro passo em direcção à consecução plena dos objectivos de cada fase dos trabalhos, pois é vital que os resultados finais estejam à altura dos dezaños que se colocam aos trabalhadores no seu conjunto e a cada um de nós.

Ele aqui fica, pois, nas suas linhas mestras:

até 30 de Outubro - discussão na Comissão Executiva e Conselho Nacional da estrutura geral das propostas dos documentos-base, excepto do Relatório;

até 31 de Dezembro - envio aos sindicatos, uniões e federações dos projectos dos documentos a submeter ao Congresso; durante Dezembro e Janeiro - discussão dos grandes temas e dinamização do Congresso no seio dos trabalhadores;

de 15 de Janeiro a 15 de Fevereiro - eleição dos delegados e determinação do número de delegados;

até 11 de Fevereiro - envio pela CGTP-IP do Relatório às associações sindicais;

até 11 de Fevereiro - envio ao Conselho Nacional de propostas de alteração aos ante-projectos;

19 de Fevereiro - envio aos sindicatos da proposta síntese global dos documentos;

26 de Fevereiro - termo do prazo para as associações sindicais declaram ao Conselho Nacional, as propostas não consideradas por este, que pretendem ver discutidas no Congresso;

4 de Março - termo do prazo para reclamação fundamentada sobre as inscrições no Congresso

## OUTRAS DATAS OUTRAS ACÇÕES

25 e 26 de Setembro - 1º Congresso da União de Sindicatos do Algarve no Hotel Eva, em Faro, com início às 10 horas do primeiro dia e tendo como lema "Por um Algarve desenvolvido, justiça social e democracia".

25 de Setembro - Seminário sobre "Saúde Ocupacional: perspectivas Futuras", no Instituto Franco-Português, cujos trabalhos se desdobrarão em dois painéis. O primeiro trata do papel do sector de Saúde Ocupacional dos centros de saúde e administrações regionais de saúde e outras instituições públicas na organização e funcionamento das actividades de segurança, higiene e saúde nas empresas. No segundo, falar-se-á das experiências em equipas de Saúde Ocupacional: perspectivas futuras.

2 de Outubro - 1ª Conferência da União de Sindicatos de Évora

10 de Outubro - encontro distrital da Intergovem de Coimbra e 1ª conferência distrital da Intergovem de Braga.

## O Governo persegue doentes e policia médicos

É de repúdio veemente a posição que a CGTP-IP assumiu relativamente à decisão tomada pelo Governo de criar um sistema de verificação de incapacidade temporária nos centros regionais de Segurança Social.

O primeiro aspecto crítico, na opinião da central sindical, é o de o Governo ter, uma vez mais, decidido sobre uma questão de natureza social sem ter ouvido as organizações competentes, neste caso, os sindicatos. Esta medida de carácter repressivo visa apenas perseguir os doentes e pressionar os médicos de família.

Argumenta o Governo que há muitas baixas e são elevados os gastos da Segurança Social com o pagamento do subsídio de doença. A CGTP-IP esclarece, contudo, que não é por sua alta recriação que os doentes dão baixa. São os médicos de família que passam baixa, tendo em conta a história clínica do doente, as suas condições de trabalho e o meio social em que está inserido.

Não se pode permitir que haja médicos policia de outros médicos, pois é no mínimo duvidoso que um médico perito, que não conhece o doente nem a sua história clínica, esteja em melhores condições de decidir se a baixa se justifica ou não.

#### Governo desconhece realidade do País

Ao aprovar medidas desta natureza, o Governo revela,

na opinião da CGTP-IP que não conhece o país em que vivemos, nem as graves condições de trabalho e as crescentes dificuldades dos cidadãos em aceder aos cuidados de saúde.

Revela desconhecer que muitas vezes, as pessoas perdem um dia para marcar consulta e outro para ir à consulta, e um ou dois meses mais tarde. E isso deve-se ao funcionamento dos serviços e não à vontade dos utentes.

O Governo fala na existência de abusos, mas cala o facto de ter e sempre ter tido meios para fiscalizar essas situações.

Também não se refere ao grave problema dos dinheiros da segurança Social mal parados. Nada diz sobre as dívidas do patronato à segurança Social que ascendem a 200 milhões de contos. Nada diz também do perigo dos juros de mora, que representa centenas de milhões de contos, nem de outras benesses concedidas à segurança Social.

A CGTP-IP acusa o Governo de querer, de novo, fazer restrições à custa dos trabalhadores, que são os grandes contribuintes da Segurança Social.

E para o fazer, não hesita em apresentar números que são contratórios com a realidade. Toda a gente sabe, incluindo o Governo, que o absentismo está a diminuir no nosso país, situando-se actualmente nos 8 por cento.

Por todas as razões apontadas, a CGTP-IP exige que tais medidas sejam de imediato abandonadas. Elas colidem com o direito à protecção na doença.



# ALAVANCA

## suplemento PORTO

SUPLEMENTO  
Ago./Set. de 1992  
3ª série — Nº 19



VISTAS SOBRE A CIDADE (Pág. centrais)

### COLUNA DO PORTO

## Sabemos que já ouviu falar de nós...

As comemorações do 22.º aniversário da CGTP-IN devem constituir um momento de grande afirmação para os trabalhadores, e para a própria CGTP-IN no distrito.

Num quadro em que a luta reivindicativa assume aspectos tão importantes - como sejam a luta contra a revisão da Lei da Greve e a tentativa do Governo de impôr mais um tecto salarial - o significado destas comemorações ultrapassa largamente o festejar da passagem de mais um ano, por mais querido que seja o aniversário para cada um de nós.

Elas deverão expressar, de facto, a firmeza, a unidade e o empenho que colocamos na derrota desta política que insiste em penalizar os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas.

A CGTP-IN, que desde sempre contou com o apoio dos trabalhadores, está em condições de assumir esta luta, em nome da democracia, dos direitos e dos interesses daqueles que representa.

Mas aos 22 anos é legítimo repensar todo o passado, toda uma tradição de luta e de trabalho... É tempo de sentir intensamente este projecto sindical e, obviamente, perspicivar o futuro.

É inútil e até ridículo tentar minimizar o papel dos sindicatos na luta pelo progresso das sociedades ao longo dos tempos.

A CGTP-IN nestes 22 anos já deu provas mais que suficientes disso mesmo.

Por isso, temos a certeza que já ouviu falar de nós...

Quanto ao aniversário ele irá ser comemorado em grande, com a realização de um comício, que contará com a intervenção de Carvalho da Silva, seguido de uma festa com Sérgio Godinho, no dia 2 de Outubro a partir das 21H30 horas, no Cinema do Terço, ao Jardim do Marquês, no Porto.

Estão todos convidados! (Mas este aniversário só faz sentido se a CGTP-IN for lembrada por cada um de nós, junto dos locais de trabalho e se participarmos nas acções de luta que se avizinham).

## 22 ANOS DA CGTP-IN

COMÍCIO  
2 OUTUBRO  
21.30 H

Cinema do Terço  
com  
Carvalho da Silva  
e Festa  
com  
Sérgio Godinho

## O PORTO NA LUTA CONTRA A REVISÃO DA LEI DA GREVE

No âmbito das acções promovidas pela CGTP-IN na luta contra a revisão da Lei da Greve, a União dos Sindicatos do Porto desenvolveu sobretudo esforços no sentido do contacto e do esclarecimento quer dos trabalhadores quer da população em geral.

Tudo começava no dia 26 de Junho com a deslocação de 30 camionetas e de cerca de 1500 activistas à capital, para participar na concentração nacional, que teve então lugar, frente ao Centro Cultural de Belém.

Quanto ao dia 7 de Julho, mais de uma centena de dirigentes sindicais do distrito "sairam à rua" para o contacto directo com a população tendo distribuído milhares de documentos e entregue diversas tomadas de posição ao Governador Civil do Porto.

No dia nacional de protesto, que teve lugar a 14 de Julho, os sindicatos do distrito promoveram dezenas de reuniões nos locais de trabalho havendo a registar greves de 2 horas na metalurgia, construção, material eléctrico e EDP. O calçado por seu turno fez um dia de greve, enquanto os trabalhadores da Administração Local se concentraram junto ao Governo Civil do Porto.

Depois as atenções recaíram sobre o Tribunal Constitucional que entretanto deu já o seu Parecer positivo sobre a constitucionalidade das alterações propostas pelo PSD.

Convém recordar que se as alterações que o PSD e o Governo pretendem ver aprovadas merecem o nosso total desacordo elas estão longe das intenções iniciais de ambos.

Este facto deve-se essencialmente à acção desenvolvida pelos trabalhadores e seus sindicatos.

Por outro lado, para além das possibilidades de um veto presidencial, a expressão e a unidade da nossa luta pode mesmo levar de vencida esta ofensiva à democracia e ao direito de greve.

Por isso, toca a lutar!



LUTA CONTRA A REVISÃO DA LEI DA GREVE

# Vistas sobre

Uns amam-na, outros nem por isso. Mas quem a conhece não fica indiferente. Vistas sobre a actividade no Porto: repensar 22 anos da CGTP-IN tendo o rio Douro como pano de fundo denominador comum - o papel e a importância



## Olhemos em frente!

**O**lhemos o (s) próximo (s) ano (s) de vida da Central e as necessidades de luta dos trabalhadores quando a "Inter" comemora 22 anos de vida. E pensemos todos em como unir mais esforços e juntar mais participações para que a CGTP-IN, a partir da sua acção nas empresas, possa ser aquele eficaz instrumento com o qual contamos para a defesa dos direitos e interesses comuns de classe de todos os trabalhadores.

É esta a proposta que aqui deixo nesta oportunidade. E junto-lhe (apenas) uma justificação:

Podéis crer que não é mera suposição que resulte de uma análise "de gabinete", a verdade é que algumas empresas contrataram técnicos para elaborar um plano e orientações precisas de actuação, com o objectivo de criarem um ambiente de "crise" nas empresas, destinado a fomentar a instabilidade no emprego, a cogir psicologicamente os trabalhadores no sentido de aceitarem as rescisões de contrato e as condições de trabalho que mais convêm ao patronato. Esta é uma situação facilmente verificável em

grande número de empresas de diversos sectores, no nosso distrito. Na metalúrgia, é o caso da Siderurgia, do Cobre, da Unifer/Eurofer, entre outras.

E se é verdade que existem empresas e sectores com reais dificuldades, também é certo que estamos num distrito onde se fazem e ostentam fortunas à custa dos baixos salários, do trabalho infantil e dos atentados dístricos contra os direitos dos trabalhadores estabelecidos na lei e nos contratos colectivos... praticados pelos mesmos que exibem abastança... à ainda verdade que os escandalosos lucros da banca têm (e vão continuar a ter) muito que ver com algumas daquelas dificuldades. E também é certo que o grande patronato fala de "crise" para embolsar mais apoios do Governo e da CEE.

É tão satisfeito este consócio próprio e com esta sua "vidinha" que, até, vai inaugurar no Porto um "monumental" monumento ... ao Empresário.

Eu diria que tal monumento é, antes, uma imoral homenagem à desastrosa política económico-social do Governo de Cavaco Silva, de que é exemplo a sua proposta para

## 22 anos: o futuro pela frente!

**A**l de Outubro de 1992 vamos comemorar 22 anos que foi criada a CGTP-IN.

Vinte e dois anos de luta travada na conquista de melhores condições de vida para os trabalhadores e quantas vezes na defesa dos direitos mais elementares como o salário, o direito ao trabalho e ao salário. Estamos em Setembro, últimos de um período de férias bem merecidas e pelas informações que vamos adquirindo pelos órgãos de Comunicação Social até parece que os problemas são só nos outros países e que de facto Portugal é "um jardim à beira mar plantado".

Não é! Para exemplificar podia até pegar nos problemas que afectam milhares e milhares de trabalhadores têxteis que vivem e trabalham na zona do Vale do Ave, mais concretamente em Santo Tirso e Vila do Conde, ressaltando uma realidade que não podemos esconder. As condições em que vivem os trabalhadores desta região não são iguais às condições em que vivem os trabalhadores da área do grande Porto, onde tudo o que precisam para se alimentar tem que ser comprado, enquanto os primeiros têm

na agricultura uma actividade complementar.

Dá que apesar da situação ser difícil para todos, ela é mais dramática para os que vivem nos grandes centros.

Porque este jornal vai chegar a muitos milhares de trabalhadores não queria deixar de referir que desde Julho e até meados de Setembro (apenas dois meses e meio), algumas centenas de trabalhadores ou ficaram com salários em atraso ou sem emprego.

A Estamparia Império deve parte de Junho, a totalidade de Julho e Agosto e subsídio de férias aos cerca de 300 trabalhadores; a Têxlar ainda não pagou o salário de Agosto (50 trabalhadores); a Efanor rescindiu mais de 100 postos de trabalho embora por mútuo acordo; a Têxtil da Ajuda não pagou subsídio de férias e salário de Agosto e ainda tem em atraso 30% de Abril e Maio; a Flitsman não abriu as portas no regresso de férias (40 trabalhadores), tal como a Ribeiro da Silva e Reis (30 trabalhadores) que também não pagou o salário de Agosto; a Horvinel deve Julho, Agosto e subsídio de férias; a Santos Silva e Irmãos deve subsídio de férias e salário de Agosto (apenas as mulheres dado que pagou aos homens); a Lavadores não apagou 50% do subsídio aos



VÍTOR RANITA (Metalúrgicos)

a Função Pública: invocando as obrigações de Maastricht, o Governo pretende fechar serviços públicos, reduzir substancialmente os postos de trabalho e impôr um miserável tecto de 4,5% aos aumentos salariais. E recomenda aos empresários que lhe sigam o exemplo, depois de os querer apresentar com restrições ao direito à greve.

Os problemas dos trabalhadores são estes e muitos mais. Dá a necessidade de reformarmos esse instrumento - os Sindicatos de Classe, a CGTP-IN - para defendermos com energia e eficácia os nossos direitos e exigirmos viver melhor - porque é justo, é necessário e é possível.

## A Flora

**A** preocupação da CGTP-IN e dos seus sindicatos pelas condições de vida dos trabalhadores, tem estado muito por além das questões profissionais.

Ao contrário do que alguns ainda pretendem fazer crer, os sindicatos, pese embora as dificuldades com que se debatem, têm estado, dum modo geral, sempre na primeira linha das transformações sociais, políticas e profissionais.

Ao assinalarmos os 22 anos da CGTP-IN, apetece-me recordar um dos momentos mais tocantes que há já mais de doze anos vivi.

Nessa altura, o meu sindicato organizou cursos de alfabetização para que muitos trabalhadores (então contínuos e serventes das escolas primárias) completassem a escolaridade obrigatória (4ª classe) e assim tivessem condições para poderem ser integrados na sua carreira profissional, entretanto criada, como resultado das propostas sindicais e da luta que

## Porto: Verso e

**T**odos nós que crescemos e vivemos nesta cidade que cidade já era muito antes de Portugal haver nascido, concetura que a amamos. Amamos o Porto não só porque aqui vivemos ou porque aqui temos vivido e trabalhado. Amamos o Porto pelo seu perfil vivo, pela sua personalidade histórica de ser a terra da liberdade e do trabalho.

Só que agora que a "Europa" nos entrou pela porta dentro aos trambolhões, alguém começou a pensar que não bastava toda a honrosa história, todo o património monumental existente para que o Porto fosse tudo como uma grande metrópole europeia. Era necessário fazer algo mais! E vai daí, alguém em nome do progresso, destou a semear os espaços disponíveis na cidade de Hotéis, Bancos, Shopping's, apartamentos de luxo, etc., porque só assim o Porto, como capital do trabalho e polo dinamizador de toda a importante região do norte do país, adquiriria o estatuto de grande cidade europeia.

E tudo estaria bem, só que lentamente, no meio desta ansia de progresso e de modernismo desenfreado, ninguém se lembrou de construir também casas para os habitantes das barracas que "enfiam" as entradas da cidade, bairros sociais e com qualidade e em quantidade capazes de fixar a



PALMIRA PEIXOTO (Têxteis)

200 trabalhadores; as malhas Sereia devem Julho, Agosto e subsídio de férias aos 120 trabalhadores...

Não falo dos trabalhadores que já recorreram à lei dos salários em atraso, nem aos que se viram desempregados com indemnizações ridículas porque seria fastidioso. Apenas pretendo demonstrar que a luta que iniciámos há muitos anos tem que continuar sob pena de aumentar o número de desempregados ou de nos transformarmos num país de "tarefeiros" ou de "biscateiros". Retomando os 22 anos da CGTP-IN queria dizer aos trabalhadores têxteis e a todos que se identificam com o seu projecto que são os trabalhadores que constróem o futuro e nós "apenas" com 22 anos temos muito futuro pela frente.

# Sobre a cidade...

o fica indiferente. Vistas sobre a cidade procurou dar o mote a seis sindicalistas que vivem e exercem grande parte da sua vida no Douro como pano de fundo. Como se pode verificar o rio inspirou reflexões muito diversas. Houve, no entanto, um comum - o papel e a importância de um projecto que se chama CGTP-IN.

## A Flora

A preocupação da CGTP-IN e dos seus sindicatos pelas condições de vida dos trabalhadores, tem estado muito para além das questões profissionais.

Ao contrário do que alguns ainda pretendem fazer crer, os sindicatos, pese embora as dificuldades com que se debatem, têm estado, dum modo geral, sempre na primeira linha das transformações sociais, políticas e profissionais.

Ao assinalarmos os 22 anos da CGTP-IN, apetece-me recordar um dos momentos mais tocantes que há já mais de dote anos vivi.

Nessa altura, o meu sindicato organizou vários cursos de alfabetização para que muitos trabalhadores (então adultos) se servissem das escolas primárias) completassem a escolaridade obrigatória (4ª classe) e assim tivessem condições para serem integrados na sua carreira profissional, entretanto criada, como resultado das propostas sindicais e da luta que



MIGUEL VITAL  
(Função Pública)

se teve de travar. Estes cursos com o apoio da Direcção Geral para a educação de adultos, que deslocavam os professores, foram realizados nos mais diversos locais e frequentados maioritariamente por trabalhadores, já com alguma idade e obviamente, com muitos afazeres para além do trabalho profissional.

Os finais de cada um dos cursos, eram uma autêntica festa, onde o entusiasmo, a assumpção da dignidade de quem já sabe ler e escrever, faziam esquecer por completo as inibições e os medos iniciais.

Justo é dizer, não por uma

questão de "bom tom" mas por ser a mais elementar verdade, que as mulheres trabalhadoras apesar das suas dificuldades (os cursos eram à noite) foram muito mais persistentes e entusiasmadas nestas acções que os homens.

Pois bem, no final de um desses cursos, uma das trabalhadoras que tinha sido aprovada no exame, pegou-me num braço, puxou-me um pouco para o lado, e com a voz embargada pela emoção, com um sorriso azul nos olhos, agradeceu-me pelo facto de já não ter que pedir às vizinhas para lhe lerem as cartas dos filhos que estavam em França. E depois acrescentou já em voz alta: "... sabe eu era muito burra, então no início quando a senhora professora perguntou o que era a flora, não é que eu disse que era a margarina do anúncio da televisão! Mas agora já sei de verdade o que é a flora e muito mais..."

A risada foi geral. E hoje, 1 de Outubro de 1992, não posso deixar de sentir que a CGTP-IN também passa por aqui.

## Quando a mercadoria é o ser humano...

Como sindicalista ligado ao sector de transportes, mas também como utente dos mesmos, sou o primeiro a afirmar que é devereza complicada e preocupante a situação vivida nos transportes colectivos de passageiros na área do Grande Porto.

Com efeito é preocupante e até conflagradora a qualidade e a forma como são transportados os utentes que diariamente necessitam de recorrer a esta componente essencial na sociedade e, na época em que vivemos (não esquecer que os trabalhadores gastam no seu trajeto casa/trabalho/casa entre 2 a 4 horas diárias segundo fontes insuspetadas).

É preocupante é também a forma e as condições em que trabalham os profissionais ligados ao tráfego, particularmente os que desempenham a árdua e responsável tarefa da condução de tão preciosa "mercadoria" - o ser humano.

Durante o corrente ano, que alguns resolveram entitular de ano Europeu da Higiene e Segurança no Trabalho, é deojozador que muito pouco tenha sido feito no sector dos transportes e que quem de direito ( Governo e Transportadores) não tenha tomado as medidas que se impunham.



MANUEL ALVES  
(Transp. Rodovianos)

Como sindicalista e como membro da organização sindical a que pertencemos SINDUCGTP-IN, não é habitual ficarmos apenas pela óptica mas, pelo contrário, é nossa preocupação encontrar soluções razoáveis para os inúmeros problemas com que nos deparamos no dia-a-dia, e muitas são as sugestões que temos apresentado, quer aos órgãos governamentais, quer às autoridades policiais e empresariais.

Como diz o velho ditado "a esperança é a última a morrer". Mas em tempo de aniversário há que manifestar alegria e confiança a CGTP-IN merecê!

## Porto: Verso e Reverso

Todos nós que crescemos e vivemos nesta cidade que cidade já era muito diferente quando em Portugal haver nascido, concreta que a amamos. Amamos o Porto não só porque aqui vivemos ou porque aqui temos vivido e trabalhado. Amamos o Porto pelo seu perfil invicto, pela sua personalidade histórica de ser a terra da liberdade e do trabalho.

Só que agora que a "Europa" nos entrou pela porta dentro aos trambolhões, alguém começou a pensar que não bastava toda a honrosa história, todo o património monumental existente para que o Porto fosse, não só como uma grande metrópole europeia. Era necessário fazer algo mais! E aqui dá, algum em nome do progresso, desatou a semear os espinhos disponíveis na cidade de Hoteis, Bancos, Shopping's, apartamentos de luxo, etc., porque só assim o Porto, como capital do trabalho e polo dinamizador de toda a importante região do norte do país, adquirida o estatuto de grande cidade europeia.

E tudo estaria bem, só que lamentavelmente, no meio desta ansia de progresso e de modernismo desenfreado, ninguém se lembrou de construir também casas para os habitantes das barracas que "enfiteim" as entradas da cidade, bairros sociais com qualidade e em quantidade capazes de fixar a

população que cada vez mais se vê obrigada a abandonar a sua cidade e a ter de se deslocar para a periferia. Como também ninguém se lembrou de medidas de lucros que é protagonizada por muitos dos "amantes de progresso" e agora chamados empresários de mentalidade europeia. Por isso, também temos aqui de lamentar que, sendo o Porto conhecido pela cidade do trabalho, nunca alguém se tenha lembrado de erguer um monumento aos trabalhadores - o que só significava a cidade - e surja agora a brilhante ideia de criar um monumento aos empresários, ou seja uma homenagem a muitos daqueles que atraem o pagamento dos salários, que despedem sem justa causa, que encerram as empresas muitas vezes fraudulentamente, que reprimem e discriminam trabalhadores, que exploram mão-de-obra infantil, etc., etc.

O que está a acontecer é que, o Porto outrora conhecido pela



J. SALGUEIRO BARROS  
(Construção)

cidade dos belos contrastes, começa a querer tornar-se conhecida pela cidade das assimetrias escandalosas: de um lado temos a cidade moderna, dos hotéis, dos shopping's e dos apartamentos de luxo - o Portolândia; do outro lado temos a cidade das barracas, dos bairros degradados e da miséria - O PORTOLENDIA.

De facto o Porto não pode estar a caminhar para o Progresso quando por ano morrem centenas de trabalhadores em acidentes de trabalho, nomeadamente na construção

civil, devido aos acelerados ritmos de trabalho e à falta de condições de segurança nas obras, vítimas da exploração desenfreada e da ambição desmedida de lucros que é protagonizada por muitos dos "amantes de progresso" e agora chamados empresários de mentalidade europeia. Por isso, também temos aqui de lamentar que, sendo o Porto conhecido pela cidade do trabalho, nunca alguém se tenha lembrado de erguer um monumento aos trabalhadores - o que só significava a cidade - e surja agora a brilhante ideia de criar um monumento aos empresários, ou seja uma homenagem a muitos daqueles que atraem o pagamento dos salários, que despedem sem justa causa, que encerram as empresas muitas vezes fraudulentamente, que reprimem e discriminam trabalhadores, que exploram mão-de-obra infantil, etc., etc.

Por último quero dizer que o progresso de uma cidade não se mede pelas pontes, ou pelo cimento derramado mas sim, pelas suas estruturas sociais e pelo bem estar da sua população.

Nós que amamos o Porto sempre lutamos e continuaremos a lutar por uma cidade cada vez melhor e mais digna para quem nela vive e trabalha. E apelamos a que todos lutemos para que a cidade do trabalho se mantenha digna desse nome e se transforme na cidade do progresso real. Do progresso que conduza ao bem estar e à felicidade.

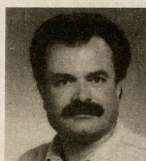
## Trabalhadores sempre em luta pela vida

Nas mais diversas e adversas circunstâncias, os trabalhadores têm correspondido às orientações do seu Sindicato - o STEN - em matéria de luta por melhores salários, pela defesa dos postos de trabalho e pela efectivação do trabalho precário que atinge fundamentalmente os jovens de forma quantitativa, gritante e escandalosa.

Pegando neste último aspecto, do trabalho precário - e já há tempos aos outros - podemos descrever, por exemplo, o caso da Yazaki (multinacional japonesa do ramo electrónico) que explora sistematicamente jovens contratados a prazo, numa média de 61%, considerados os últimos três anos, ou seja de 1989 a 1991, segundo dados disponíveis que revelam o quantitativo de 1993 trabalhadores naquelas condições de acordo com a referida média percentual. Trata-se de números reais, de balanços sociais, desta como de outras empresas em situação semelhante - como a UTA também do ramo electrónico - e por consequente do conhecimento da IGT. Mas estes conformam a política do Governo, nada fez até à data. E permissiva e o resto são cantigas.

Quanto ao demais, a luta contra o desemprego no nosso sector (onde predominam as multinacionais e a EDP) é uma constante, perante situações de pura arrogância e de autêntico escândalo. No complexo Grúndig/Blaupunkt, onde se empregam 4.200 trabalhadores, entre os quais cerca de 1.000 contratados a prazo, a administração arranja "argumentos" para despedir, em processo de despedimento colectivo, 24 trabalhadores no decorrer do período de férias.

No Grupo Híaco, onde existem cerca de doze empresas alugasoras de mão-de-obra e se recorre



JOAQUIM GASPAR  
(Indústrias Eléctricas)

às horas extraordinárias e o trabalho domiciliário, a administração está a chantagear os trabalhadores mais antigos para o despedimento voluntário sob ameaça de despedimento colectivo próximo, caso não acedem a primeira opção que tem por "aliciente" pouco mais de um mês de indemnização por ano de serviço.

Na Texas Instruments (multinacional americana), provocou-se artificialmente uma situação de indefinição sobre o futuro da empresa, enquanto se fala da sua venda à SAMSUNG e da laboração continua em sete dias por semana (veja-se o desplane e a contratação). E na EDP, onde o Governo para cúmulo vai dando as suas machadadas de despedimento, procura-se e todo o custo reduzir o número de trabalhadores, quer pela via de reformas antecipadas, quer pela via de rescisões "amigáveis".

Eis, pois, a dimensão da luta nas indústrias eléctricas. Os trabalhadores podem assim contar com a sua estrutura, com o seu sindicato, em suma com a CGTP-IN.

Haja Unidade e Sindicalização!





# A USP faz-se ouvir

— entrevista com  
Pacheco Gonçalves

Em 1990, aquando da realização do seu 3º Congresso, a União dos Sindicatos do Porto assumiu claras pretensões de intervir nas questões do desenvolvimento regional. Dois anos volvidos pensamos estarem reunidas as condições para um primeiro balanço sobre o trabalho realizado, evoluções e dificuldades surgidas, expectativas entretanto amadurecidas. A este respeito ouvimos João Pacheco Gonçalves, coordenador da USP/CGTP-IP.

**Alavanca:**  
Por vezes os balanços tornam-se fastidiosos, mas é quase impossível escapar-lhes. É fútil que o discurso aglutinou as novas preocupações preconizadas no 3º Congresso. Em que medida elas se reflectiram também na actividade da USP?

**Pacheco Gonçalves:**  
O próprio discurso já traduz uma forma de intervenção: O desenvolvimento regional tem a ver com a vida dos trabalhadores. Hoje é parte do dia a dia do movimento sindical e reflecte-se das mais diversas formas desde o estilo e preocupações de trabalho, às novas frentes criadas, à informação tratada, às reivindicações, à acção e iniciativas desenvolvidas como o Ambiente ou os seminários sobre Desenvolvimento.

**Alavanca:**  
A primeira vista poderá haver quem conteste a vocação de uma União de Sindicatos para intervir neste campo. Quer comentar?

**Pacheco Gonçalves:**  
Hoje é claro para todos que as linhas apontadas já no V Congresso da CGTP-IP e profundadas a nível distrital no III Congresso da USP são correctos e correspondem ao papel que cabe ao movimento sindical na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Esta defesa para além dos direitos contratuais passa também pela defesa da qualidade de vida em toda a sua extensão.

**Alavanca:**  
A USP fala muitas vezes em desenvolvimento integrado. Num conceito como este

cabe quase tudo. De que se trata no conceito?

**Pacheco Gonçalves:**  
Não, não cabe designadamente a exploração, a fome, a miséria, a degradação do ambiente.

O desenvolvimento integrado pressupõe que o crescimento económico tenha o HOMEEM como seu principal sujeito. As condições de vida e de trabalho, o meio ambiente, a protecção social, têm que estar presentes nesse crescimento.

**Alavanca:**  
A USP reclama o seu direito de participação numa lista longa de organismos regionais. Destacamos, claro, o caso do Conselho Metropolitano do Porto. No texto das teses do Congresso li-se que reivindicam "a sua participação condigna e sempre com reserva da sua autonomia de acção". Poder-se-á pensar que a USP só quer participar nos direitos e abster-se dos deveres?

**Pacheco Gonçalves:**  
Não. Significa tão somente que exigimos uma participação institucional ao nível da organização que somos - primeira força social do distrito - e da representatividade que temos.

Obviamente que a nossa participação nos diversos organismos não restringe a nossa autonomia de pensamento e acção, como aliás acontece com qualquer outra organização participante.

**Alavanca:**  
A forma de participação que muitas organizações encontram é única e exclusivamente, a de exigir mais apoios estatais.

E o caso da USP?

**Pacheco Gonçalves:**  
Não é o caso da USP nem da CGTP-IP.

Naturalmente a resolução de muitos problemas sociais, exige que o Governo assumia as responsabilidades que lhe cabem e assegure os meios correspondentes, o que de facto não tem acontecido.

**Alavanca:**  
O nosso distrito sofre de inúmeras carências. Quer fazer-nos um retrato do distrito que somos?

**Pacheco Gonçalves:**  
O distrito do Porto é a 3ª região mais atrasada da CEE. Isto traduz bem as carências que temos. De facto, ao potencial gerador de riqueza que o distrito comporta, à sua participação face à Produção Nacional, ao seu empenhamento e trabalho não correspondem condições de vida dignas.

Sem ter a posição regionalista, podemos dizer que o poder central não tem canalizado para o distrito os meios correspondentes ao que a região tem dado ao ao País. Este é um dos factores que tem contribuído para que ao nível de diversos indicadores o distrito esteja nos piores lugares, designadamente, no que respecta ao ensino e qualificação profissional, à habitação e equipamentos colectivos, ao saneamento básico.

**Alavanca:**  
Quais as principais reivindicações da USP?

**Pacheco Gonçalves:**  
Naturalmente que em primeiro lugar assumimos as principais reivindicações dos trabalhadores que correspondem ao todo nacional, designadamente na melho-

ria dos salários e do emprego, na defesa dos direitos sindicais, contra a revisão da lei da greve, na redução do horário de trabalho, na maior protecção social. Mas como a nossa intervenção se faz nesta região do Porto nós reclamamos um desenvolvimento da região que só poderá ser garantido integralmente com a criação da região administrativa dotada de poderes e meios financeiros e com uma política que tenha em conta as principais carências sociais do distrito.

Desde já exigimos que sejam tomadas medidas urgentes no campo da melhoria dos transportes, da assistência na saúde, do saneamento básico, da educação e formação profissional e do ambiente.

**Alavanca:**  
Desenvolvimento e Ambiente é para muito um binómio incompatível. Qual a sua opinião?

**Pacheco Gonçalves:**  
Incompatível é pretender-se promover "desenvolvimento" sem preservar o ambiente.

**Alavanca:**  
Nos últimos tempos a cidade tornou-se um enorme estaleiro. Ignore-se o exagero mas a verdade é que obras não faltam. A Câmara Municipal do Porto não se cansa de repetir que "obras complicam hoje para facilitar o amanhã". Os portugueses têm mesmo o futuro falado?

**Pacheco Gonçalves:**  
É reconhecido que a cidade estava carenciada de obras.

Mas, é também claro que em havido má gestão destas, e ainda que só outros interesses que não os das populações impuseram uma forma errática de execução que conduziram ao caos actual.

**Alavanca:**  
Está em início de construção, no Porto, um monumento ao empresariado do Norte, cuja dimensão - no sentido mais lato - está a suscitar alguma polémica. Que comentário lhe suscita este monumento?

**Pacheco Gonçalves:**

É uma iniciativa descaída. Daí toda a contestação que está a levantar no seio dos próprios empresários e dos artistas e intelectuais do Porto. Parece que passamos a ser a única cidade do mundo com um monumento ao empresariado criado ainda por cima da iniciativa do próprio...

Por outro lado, parece-me pertinente questionar a identificação do mundo do trabalho com a pequena parte que é o detentor do capital, esquecendo os trabalhadores com a sua quota-parte para a construção da riqueza.

Não nos congratulamos com esta iniciativa que não significa qualquer engrandecimento para a cidade.

**Alavanca:**  
Em frases curtas diga algo sobre:  
- A Ponte do Freixo.

**Pacheco Gonçalves:**  
Tem anos de atraso. Já devia estar feita.

- O metro de superfície.

Necessário é que os trabalhadores e a população em geral não tenham que gastar 2, 3 horas e até o dobro no transporte diário. Entretanto, não tem sido esta a prioridade que tem estado no centro das discussões conhecidas.

- As praias do Porto.

Lindas... mas poluídas... e é lá que grande parte da população passa as férias.

- o trânsito.

Um problema que merece tratamento urgente.

- a Ribeira.

Uma riqueza que o Porto deve defender... mas só o conseguirá se o direito das populações de lá permanecer for respeitado.

- o vinho do Porto.

À sua volta movimentam-se grandes interesses.

- Alteração ao feriado do S. João.

Nem o alto porro o compreenderia.

## DADOS ÚTEIS

Os atrasos  
do distrito

No distrito do Porto há ainda as mais graves carências do país em termos de infraestruturas e equipamentos colectivos, em áreas tão importantes como a habitação, o saneamento básico, os transportes, a educação, a saúde e a assistência social.

No 4º relatório periódico da Comissão da CEE relativo à situação sócio-económica e ao desenvolvimento das regiões, distribuído em 1991, o norte é considerado como a 3ª pior região da CEE e a pior de Portugal. Quanto à distribuição do PIB por habitante, a média dos três anos (1986-87-88) dava para a chamada região norte 81,9% do rendimento médio comunitário, enquanto para o Continente era de 53,6%.

## Saneamento básico

O distrito do Porto tem dos níveis mais baixos do país em termos de saneamento básico e bastante inferiores à média comunitária. O controlo de emissões de efluentes industriais é extremamente reduzido, colocando em risco de situação irreversível muitos meios receptores. Só 32% da população do distrito é que é servida por rede de saneamento e apenas 4% por Etar. As médias do país são, respectivamente, 48% e 25%. Nalguns concelhos, como Vila Nova de Gaia, a situação é ainda pior que a média distrital.

## Transportes

Nos transportes há a destacar o comboio para médio e longos percursos, e os STCP na AMP que gerem uma rede constituída por 66 linhas e se estende por 373 Km. Os STCP exploram três modos de transporte - eléctricos, autocaros e troleiros - o que representava, em Dezembro de 1991, 661 viaturas conduídas e mantidas por 3.670 trabalhadores (dados da empresa). Transportam quase 1 milhão passageiros/dia útil.

O STCP na sua área de intervenção, tem uma parte do mercado de cerca de 70%, estando os restantes distribuídos entre 7 de comboio e 23 dispersos por mais de 40 empresas privadas. Não há qualquer coordenação entre os vários operadores, nem entre os diversos meios de transporte público, o que, aliado à falta de infraestruturas rodoviárias, especialmente no Douro, ao mau aproveitamento integral das infraestruturas ferroviárias urbanas e suburbanas, aumenta a circulação de automóveis particulares e os problemas de trânsito.

## FICHA TÉCNICA

Suplemento organizado pela USP.  
Coordenação: Vieira Mendes.  
Redacção: Manuela Monteiro